



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

E

CONTAS

Exercício de 2016

OBJECTIVOS GERAIS	OBJECTIVOS ESPECIFICOS	METAS	AVALIAÇÃO			OBSERVAÇÕES
			C	CP	NC	
Promover a capacidade de gestão, inovação e modernização dos serviços	Reorganizar a SATA	SATA em funcionamento para as respostas do CPC e para solicitações externas		x		O funcionamento da SATA tem apresentado vários constrangimentos uma vez que não existe financiamento para que a mesma seja um serviço aberto à comunidade. No ano de 2016 o serviço esteve disponível para todas as equipas da instituição e os respetivos utentes. A resposta social Ambulatório, face ao crescente número de pedidos de produtos de apoio na área da comunicação levantou a necessidade de criar um grupo de trabalho específico para dar uma resposta mais sistemática nesta área.
	Reforçar competências e qualificar os recursos humanos	4 Cursos			X	Este objetivo no ano de 2016 não foi cumprido uma vez que não foram disponibilizados projetos do Portugal 2020 para a realização de ações de formação, sendo que estes estão planeados para 2017. Presença de alguns trabalhadores em ações de sensibilização: Conferência Mais para Todos – Responsabilidade Social e Desenvolvimento Local; Ação de Capacitação – Economia Social; Seminário Mais para Todos – Comunidade. Participação em todas as reuniões da Rede social de Beja. A Direção autorizou todas as dispensas de serviço para formação propostas pelos trabalhadores. Foi organizada uma formação: “Epilepsia – como atuar”.

OBJECTIVOS GERAIS	OBJECTIVOS ESPECIFICOS	METAS	AVALIAÇÃO			OBSERVAÇÕES
			C	C P	NC	
Promover a capacidade de gestão, inovação e modernização dos serviços (Continuação)	Adquirir e reparar equipamentos	≥ 3 Equipamentos adquiridos/reparados	X			Manteve-se a reparação dos equipamentos da lavanderia sempre que necessário, deu-se continuidade à manutenção e reparação da frota automóvel. Substituíram-se as cadeiras do refeitório, uma vez que as adquiridas em 2015 não eram adaptadas às nossas necessidades. Aquisição de equipamentos para a reabilitação da piscina interior: todo o material de construção necessário, tela da piscina, sanitários, corrimão, bomba de circulação de água da piscina, filtro de areia, bomba de circulação de água dos painéis solares, 2 skimmers, 12 painéis solares circulares e 1 elevador com 4 calhas (pontos de transferência) e faixa.
	Reabilitar espaços físicos: piscina interior, cobertura do corpo C do edifício e espaços verdes	≥ 2 espaços físicos reabilitados	X		X	Adquiriram-se todos os equipamentos necessários para a construção do parque infantil adaptado (baldiços e jogo dominó). Comprou-se uma porta automática para o Lar Residencial. Na Horta de Todos foi adquirido um depósito para a água do furo, equipamento para melhoria da cerca elétrica e das tubagens da conduta de água. Continuação da reabilitação do espaço da piscina interior, bem como dos equipamentos inerentes à mesma. Manutenção dos espaços verdes. Reabilitação do Parque Infantil. Realizadas manutenções em todos os locais que apresentavam infiltrações, apesar de continuarmos com ausência de fundos para a reabilitação da cobertura do corpo C do edifício.

OBJECTIVOS GERAIS	OBJECTIVOS ESPECIFICOS	METAS	AVALIAÇÃO			OBSERVAÇÕES
			C	C P	NC	
Promover a capacidade de gestão, inovação e modernização dos serviços (Continuação)	Reabilitar espaços físicos: piscina interior, cobertura do corpo C do edifício e espaços verdes (Continuação)	≥ 2 espaços físicos reabilitados		X		Obras de melhoria realizadas nas seguintes salas: sala de Escola Ensino Especial, Terapia da Fala/sala 7, Formação Profissional/consultório.
Desenvolver a capacidade sustentabilidade financeira Instituição	Implementar novos projetos que contribuam para sustentabilidade da Instituição	≥ 1 Projetos aprovados			X	Desde o 2º trimestre de 2016 está previsto no âmbito do Portugal 2020 – Portugal Inovação Social a abertura de um projeto: “Capacitação para o Investimento Social”, no entanto o mesmo continua encerrado. Ao longo do ano 2016, tendo a Direção conhecimento da situação acima referida diligenciou várias ações, com o intuito de recolher informações, realizar contactos com outras entidades e possíveis parcerias: Realizou-se em Abril/2016, no CPCB reunião com o responsável pelo Polo de Inovação Social do Alentejo – Dr. Henrique Sim-Sim; Alguns dos elementos da Direção participaram no Fórum “Portugal Economia Social”, que decorreu em Maio, em Lisboa. A Direção do CPCB recebeu, nas suas instalações, os responsáveis de uma instituição da cidade para eventual parceria em projetos de investimento social.

OBJECTIVOS GERAIS	OBJECTIVOS ESPECIFICOS	METAS	AVALIAÇÃO			OBSERVAÇÕES
			C	C P	NC	
Desenvolver a capacidade de sustentabilidade da financeira Instituição (Continuação)	Negociar junto das tutelas o pagamento atempado das verbas dos acordos de cooperação	Receber verbas nos prazos estipulados	<input type="checkbox"/> X	X		No ano de 2016 a maioria das tutelas cumpriu com os pagamentos nos prazos estipulados. As verbas correspondentes ao Projeto da Formação Profissional estiveram sempre, ao longo de todo o ano com atrasos significativos.
	Receber os pagamentos das prestações de serviços	60% das prestações em atraso pagas	X			Num universo de 62 utentes apenas cerca de 10% (6 utentes) não estão a cumprir os pagamentos das prestações mensais. Significa que 90% dos utentes estão a cumprir os pagamentos.
	Aumentar receitas provenientes da ARS	100% das prescrições entregues		X		90% das prescrições foram entregues pelos clientes. Apesar de não se ter cumprido a meta, verifica-se um aumento muito significativo.
	Atualizar as participações familiares dos clientes	100 % das participações atualizadas	X			Foram atualizadas as participações familiares dos clientes do CAO e do Lar Residencial, de acordo com a legislação em vigor.

OBJECTIVOS GERAIS	OBJECTIVOS ESPECIFICOS	METAS	AVALIAÇÃO			OBSERVAÇÕES
			C	C P	NC	
Desenvolver a capacidade sustentabilidade da financeira Instituição (Continuação)	Renegociar os acordos de cooperação com a Segurança Social	Alargamento do acordo para mais 2 clientes do CAO, perfazendo uma totalidade de 60 (capacidade da resposta social)	X			No ano de 2016 foi revisto o Acordo de Cooperação do CAO, tendo sido atribuídas mais 2 vagas, o que perfaz a totalidade da capacidade da respetiva Resposta Social.
	Renegociar os acordos de cooperação com a Segurança Social (Continuação)	Alargamento do acordo de cooperação para mais 1 cliente do lar residencial perfazendo uma totalidade de 22 (capacidade da resposta social)	X			No ano de 2016 foi revisto o Acordo de Cooperação do Lar Residencial, tendo sido atribuída mais 1 vaga, o que perfaz a totalidade da capacidade da respetiva Resposta Social.
	Renegociar contratos com os fornecedores, de forma a diminuir custos	Mais um técnico superior afeto à equipa de Intervenção Precoce		X		Foram efetuadas todas as diligências para o Cenário III e não se obteve resposta. A ULSBA cedeu 43% de um fisioterapeuta, no entanto alegou que o técnico seria exclusivamente para intervenção terapêutica, não sendo considerado um técnico da equipa (ELI), esta disponibilização não se chegou a concretizar.
		≥ 2 contratos com redução de custos				Realizaram-se as diligências necessárias para a redução de custos relativas a contratos com fornecedores, no entanto, nenhuma das propostas apresentadas se revelou mais vantajosa. Foi realizada Assembleia Geral para autorização de alteração de condições de Contrato de Mútuo (empréstimo) celebrado com o Montepio Geral, as mesmas foram aprovadas, o que se traduziu num alargamento do período de pagamento e decréscimo do spread.

OBJECTIVOS GERAIS	OBJECTIVOS ESPECIFICOS	METAS	AVALIAÇÃO				OBSERVAÇÕES
			C	C P	NC		
Desenvolver a capacidade sustentabilidade financeira da Instituição (Continuação)	Desenvolver campanhas e eventos de angariação de fundos	≥ 2 campanhas e 2 eventos				Participação e beneficiários da Night Running na Vidigueira, promovida por um ginásio local (192€); "Consignação do IRS, que até à data não foi atribuído; Participação na OviBeja com stand, ponto de venda café Delta, vinhos Paço do Conde com rótulo personalizado (4796.23€); Realização de parceria com a Rainbow Beja (1105.00€); Realização de uma Taça de maratonas BTT com a marca do CPCB (4339.55€); Produção e realização do Reciclar é Fashion (2386.80€); Participação com trabalhos realizados pelos utentes no CRIDEM – 3.º prémio (1000.00€) que até à data não foi atribuído. Beneficiários de: Festival Solidário – Cante de Amor promovido pela ESDMI (723.58€); Corrida de Toiros em Beringel promovida pelo Grupo de Forcados Amadores de Cascais (1000.00 €); Concertos de António Zambujo e Miguel Araújo; (2811.93€); Jantar de Fado solidário promovido pelo curso CETESP Comercio Internacional da ESTIG (2822.50€).	
			X				
Reforçar parcerias estratégicas e operacionais que permitam o desenvolvimento do CPCBeja e o cumprimento da sua missão com qualidade	Manter as parcerias existentes	Manutenção de 80% das parcerias	X			Todas as existentes foram mantidas.	

OBJECTIVOS GERAIS	OBJECTIVOS ESPECIFICOS	METAS	AVALIAÇÃO			OBSERVAÇÕES
			C	C P	NC	
<p>Reforçar parcerias estratégicas e operacionais que permitam o desenvolvimento do CPCBeja e o cumprimento da sua missão com qualidade (Continuação)</p>	<p>Consolidar parcerias com escolas de ensino superior, secundário e profissional</p>	<p>2 novos protocolos de estágios curriculares</p>	X			<p>O CPCB recebeu:</p> <ul style="list-style-type: none"> 5 estágios curriculares de cursos profissionais nas áreas psicossocial, técnico auxiliar de saúde e informática. 5 estágios curriculares de ensino superior nas áreas de terapia da fala, fisioterapia, educação básica e desporto.
	<p>Reforçar parcerias com autarquias da região</p>	<p>≥ 1 novo protocolo</p>	X			<p>Foram realizados novos protocolos com Mértola, Almodôvar, Ferreira do Alentejo. Continuação da representação em 3 redes sociais concelhias e na participação de diversos eventos a convite das autarquias. Projeto por Um Bairro Melhor (Visão, Fundação EDP e Sic Esperança) realizado em parceria com a Câmara Municipal de Beja e União de Freguesias Santiago Maior e S. João Batista;</p> <p>Parte da reabilitação da piscina interior foi realizada com o contributo de mão-de-obra e algum material da União de Freguesias Santiago Maior e S. João Batista;</p> <p>As provas de BTT proporcionaram um relacionamento mais estreito com as autarquias locais.</p> <p>A participação no desfile de Carnaval e no Cortejo Histórico de Beja;</p> <p>Participação no Night Running na Vidigueira</p> <p>Participação no desfile de Carnaval de Cuba;</p>

OBJECTIVOS GERAIS	OBJECTIVOS ESPECIFICOS	METAS	AVALIAÇÃO			OBSERVAÇÕES
			C	C P	NC	
Reforçar parcerias estratégicas e operacionais que permitam o desenvolvimento do CPCBeja e o cumprimento da sua missão com qualidade (Continuação)	Reforçar parcerias da região com (Continuação)	≥ 1 novo protocolo (Continuação)	X			Os vários encontros/ reuniões com representantes autárquicos.
	Implementar novas parcerias	≥ 1 nova parceria	X			Foram estabelecidas as seguintes parcerias: IPB, AHJA, IPDJ, ARIA, Associação de Beneficência de Selmes e Alcaria, Sunrise, Terapia Ocupacional 2.0, Beja Bike Store, vários Clubes de BTT, IEFP, Sic Esperança, Fundação EDP, Visão, Bike Angels, Lidl, Santa Casa da Misericórdia de Beja, entre outras.
Organizar e gerir o funcionamento anual da Instituição	Assegurar as respostas sociais/ valências existentes					Todas as valências/ respostas sociais se mantiveram em pleno funcionamento durante o ano de 2016. A Segurança Social realizou visitas de acompanhamento às respostas sociais tuteladas por esta, ao longo do ano, encontrando-se as mesmas em conformidade. O IEFP realizou 1 visita de acompanhamento à valência da Formação Profissional onde verificou que esta estava em conformidade.
		7 valências/ respostas sociais em pleno funcionamento e de acordo com as orientações das Tutelas	X			Todas as candidaturas foram efetuadas e aprovadas para o ano de 2016 (IEFP – Formação Profissional e IAOQE), bem como os 2 planos de ação (CRI, e Centro de Recursos para a Qualificação e Emprego – IAOQE, AC e APC).
Organizar e gerir o		7 planos anuais de atividades 7 relatórios anuais de atividades	X			Os planos anuais de atividades das

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES – 2016

OBJECTIVOS GERAIS	OBJECTIVOS ESPECIFICOS	METAS	AVALIAÇÃO			OBSERVAÇÕES											
			C	C P	NC												
<p>funcionamento anual da Instituição (Continuação)</p>	<p>Transmitir informação e/ ou aprovar documentação inerente ao funcionamento da Instituição enquanto IPSS</p>	<p>2 Assembleias Gerais Anuais</p>	X			<p>valências/ respostas sociais foram elaborados bem como todos os relatórios.</p>											
			<p>Definir, planejar e organizar o funcionamento das respostas sociais/ valências e dos serviços em articulação com a Direção</p>	<p>1 reunião geral de funcionários</p>	X			<p>Foram realizadas 2 assembleias ordinárias e 1 extraordinária.</p>									
					<p>Criar sinergias entre a comunidade e a instituição</p>	<p>14 reuniões anuais de Direção</p>	X			<p>Foi realizada uma reunião</p>							
							<p>Aumentar a relação de proximidade entre a instituição e a comunidade</p>	<p>11 reuniões de Coordenadores</p>		X		<p>Esta meta foi superada, uma vez que ocorreram 23 reuniões.</p>					
									<p>Exposição inaugurada "Arte numa perspetiva diferente"</p>	<p>≥ 4 reuniões anuais</p>				<p>Foram realizadas 9 reuniões de coordenadores e reuniões individuais com cada Coordenador/Diretor Técnico.</p>			
											<p>Exposição de pintura: na EMAS, IPB, Desfile de Carnaval de Cuba e Beja, Encaminhar em Beja (EAPN), Programa de</p>	<p>≥ 3 eventos</p>	X			<p>Foram realizadas inúmeras reuniões com representantes da comunidade, tais como deputados, empresários, fornecedores, entidades congéneres, autarquias, redes sociais concelhias, entre outras.</p>	
																	<p>A exposição decorreu durante o mês de novembro e dezembro na galeria da EDIA.</p>
																	<p>Exposição de pintura: na EMAS, IPB, Desfile de Carnaval de Cuba e Beja, Encaminhar em Beja (EAPN), Programa de</p>

OBJECTIVOS GERAIS	OBJECTIVOS ESPECIFICOS	METAS	AVALIAÇÃO			OBSERVAÇÕES
			C	C P	NC	
Aumentar a relação de proximidade entre a instituição e a comunidade	Criar sinergias entre a comunidade e a instituição (Continuação)		X			Vigilância da Paralisia Cerebral de Beja aos 5 anos, Concurso da RTP1 - Preço Certo, Programa Grande Tarde da SIC, Maravilhosamente, Fotograficamente, Encontro Ibérico de Desporto Adaptado (ESEB, Associação de Paralíticos Cerebrales de Huelva), Palavras Andarilhas, Curso – A importância do posicionamento para a Funcionalidade, ESDMI, Taça de Maratonas BTT, Por um Bairro Melhor, Dia Nacional da Paralisia Cerebral, Ovibeja, Visita do Sr. Presidente da República, IFEMA- Feira de material ortopédico em Madrid, Corrida de Toiros, Cridem, Fado Solidário,
		≥ 5 atualizações/ divulgações online (redes sociais, site) e nos meios de comunicação social		X		Iniciou-se a construção de novo site. Na rede social facebook foram divulgadas várias atividades e eventos da instituição. Publicação de 2 ed. da Newsletter. Notícias em jornais, entrevistas nas rádios locais, participação em programas de TV.

Centro de Paralisia Cerebral de Beja

Moeda: EUR

Contribuinte: 501396578

Balço Contabilístico 2016

Rubricas	Notas	2016	2015
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	1.997.460,61	2.011.584,54
Investimentos financeiros	7	471,28	1.186,28
Subtotal		1.997.931,87	2.012.750,80
Activo corrente			
Clientes	13	28.426,68	22.388,25
Diferimentos	10	937,00	1.124,62
Outros activos correntes	14	8.493,93	26.262,31
Caixa e depósitos bancários	5	277.834,21	217.585,76
Subtotal		315.791,82	267.360,94
Total do activo		2.313.723,69	2.280.111,74
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital realizado		58.283,34	58.283,34
Reservas		392,30	392,30
Resultados transitados		189.784,94	212.648,11
Outras variações no capital próprio	11	1.694.977,81	1.698.535,41
Subtotal		1.953.438,39	1.969.859,16
Resultado líquido do exercício		24.983,58	-12.863,17
Total do capital próprio		1.978.421,95	1.956.995,99
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obidos	12	96.026,25	100.000,00
Subtotal		96.026,25	100.000,00
Passivo corrente			
Fornecedores	13	35.091,97	32.289,22
Estado e outros entes públicos	9	27.351,44	28.338,23
Outras contas a pagar	14	178.832,08	162.488,30
Subtotal		239.275,49	223.115,75
Total do Passivo		335.301,74	323.115,75
Total do capital próprio e do passivo		2.313.723,69	2.280.111,74

A Administração/Gerência Silvia Reis *Handwritten signature*
 O Contabilista Certificado [Signature] *Handwritten signature*
 Contribuinte - (c) Primavera BSS *Handwritten signature*

Centro de Paralisia Cerebral de Beja

Moeda: EUR
Contribuinte: 501396578

Demonstração de resultados

2016

Conta		Rendimentos e Gastos	Notas	2016	2015
Pos	Neg				
71/72		Vendas e serviços prestados	15	190 285,57	173 167,49
75		Subsídios à exploração	16	1.265.728,59	1.173.145,44
73		Variação de Inventários na produção		0,00	0,00
74		Trabalhos para a própria entidade		0,00	5 917,33
	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-6 222,50	-11.303,73
	62	Fornecimentos e serviços externos	17	-262 052,63	-237.023,94
	63	Gastos com pessoal	18	-1.168 780,10	-1.081.038,89
762	65	Imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
763	67	Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
78		Outros rendimentos e ganhos	19	102 956,62	113 227,94
	68	Outros gastos e perdas	20	-11 337,59	-55.706,41
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos				110 577,56	80 385,24
761	64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6	-82 325,06	-89.147,65
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)				28.252,50	-8.762,41
79	69	Gasto Líquido de Financiamento	21	-3.268,94	-4.100,76
Resultado antes de impostos				24.983,56	-12.863,17
	812	Impostos sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período				24 983,56	-12.863,17

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência

O Contabilista Certificado

Maria Francisca T. [assinatura]
 Sónia Reis [assinatura]
 [assinatura]
 [assinatura]



Centro de Paralisia Cerebral de Beja

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

O Centro de Paralisia Cerebral de Beja, com sede em Beja, foi constituído sob a forma de Associação de Solidariedade Social (IPSS) em 26/02/1982 e tem como actividade principal a Acção Social para Pessoas com Deficiência, com alojamento, com o CAE n.º 85312.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram apresentadas de acordo com o referencial das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL), previstas pelo Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 09 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade e de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Instituição, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector não Lucrativo (SNC – ESNL), antes referidas, em todos os aspectos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas adequadas.

O conjunto dos normativos que integram o SNC – ESNL foi utilizado pela primeira vez em 2013 para a elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes. Estas normas foram ainda aplicadas ao período iniciado em 1 de Janeiro de 2011, de forma a garantir a necessária expressão e apresentação para efeitos comparativos.

Em 1 de Janeiro de 2011, a adopção de princípios e políticas contabilísticas de acordo com o novo normativo contabilístico não teve qualquer efeito, quer nos seus fundos patrimoniais quer nos resultados líquidos do exercício, exceto quanto aos subsídios ao investimento não reembolsáveis que anteriormente eram contabilizados no passivo e, de acordo com o novo normativo, passaram a integrar o Fundo Patrimonial.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

1.1. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

1.1.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As despesas subsequentes com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são suportadas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros Ativos fixos tangíveis	4 a 10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outras gastos operacionais".

1.1.2. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Outros ativos intangíveis	3

[Handwritten signatures and initials]

1.1.3. Imparidade dos ativos não correntes

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)", ou na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)", caso a mesma respeite a ativos não depreciables. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

1.1.4. Instrumentos Financeiros

Utentes / Entidades Subsidiadoras

As participações dos utentes, subsídios, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Os "Utentes/Entidades Subsidiadoras" e as "Outras contas a receber" encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Handwritten signatures and initials:
Avenida
2
M.B.
f

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "*Caixa e depósitos bancários*" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "*Fornecedores*" e "*Outras contas a pagar*" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

1.1.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

1.1.6. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

1.1.7. Financiamentos Obtidos

Os "*Empréstimo Obtidos*" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "*Encargos Financeiros*" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "*Juros e gastos similares suportados*".

1.1.8. Regime do acréscimo

O CPCB apresenta as suas demonstrações financeiras de acordo com as bases para a apresentação das demonstrações financeiras (BADF), utilizando o regime contabilístico de acréscimo (periodização económica), segundo o qual todos os rendimentos e gastos devem ser reconhecidos no exercício em que foram obtidos ou suportados, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

1.1.9. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e suposições efectuadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e iii) provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

1.1.10. Projectos com financiamento comunitário

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis são apresentados no balanço como componente do património líquido e imputados como rendimento do exercício, numa base sistemática e racional, durante a vida útil dos bens.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não ocorreram alterações nem erros nas políticas e estimativas contabilísticas

5. Fluxos de Caixa

	<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
Caixa	7 823,66	7 726,46
Depósitos à Ordem	270 110,55	209 859,30
Outros depósitos bancários	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Caixa e equivalentes de caixa pelo balanço	<u>277 934,21</u>	<u>217 585,76</u>
Saldo Credor Depósitos à ordem	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Caixa e Equiv Caixa para Demonst Fluxos Caixa	<u>277 934,21</u>	<u>217 585,76</u>

6. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações, no exercício de 2016 foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2016					
	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-16
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	180 004,94					180 004,94
Edifícios e outras construções	2.941 425,71	64.802,90	87,27			3 006 141,34
Equipamento básico	541 367,84	3 505,50				544 873,34
Equipamento de transporte	209 947,76					209 947,76
Equipamento administrativo	79 093,26					79 093,26
Outros activos fixos tangíveis	1.720,85					1 720,85
	<u>3 953 560,36</u>		<u>87,27</u>			<u>4 021 781,49</u>
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	78 087,53	3 600,10				81 687,63
Edifícios e outras construções	1 096 668,49	59 679,82				1 156 348,31
Equipamento básico	493 601,79	11 201,84				504 803,63
Equipamento de transporte	192 823,90	7 843,30				200 667,20
Equipamento administrativo	79 093,26					79 093,26
Outros activos fixos tangíveis	1.720,85					1 720,85
	<u>1 941 995,82</u>	<u>82 325,06</u>				<u>2 024 320,88</u>
Valor Líquido	<u>2 011 564,54</u>					<u>1 997 460,61</u>

7. Ativos intangíveis e Investimentos Financeiros

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis e respectivas depreciações, no exercício de 2016 foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2016					
	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31-Dez-16
Custo						
Projectos	28 862,50					28 862,50
	<u>28.862,50</u>					<u>28.862,50</u>
Depreciações Acumuladas						
Projectos	28 862,50					28 862,50
	<u>28.862,50</u>					<u>28.862,50</u>
Valor Líquido	<u>0,00</u>					<u>0,00</u>

Investimentos financeiros em fundos de compensação totalizam 471,26 euros.

8. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a rubrica "Inventários" apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Matérias-primas subsidiárias e de consumo	0,00	0,00
Perdas por imparidades de inventários	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

A Instituição adopta o sistema de inventário intermitente.

	<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existência Inicial	0,00	0,00
Regularizações		
Compras	6 222,90	11 303,73
Existência Final	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
CMVMC	<u>6.222,90</u>	<u>11.303,73</u>

9. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		
Outros impostos e taxas		
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	7.290,06	7.191,36
Segurança Social	17.776,40	19.908,13
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	<u>2.284,98</u>	<u>1.238,74</u>
	<u>27.351,44</u>	<u>28.338,23</u>

Os saldos credores reflectem os impostos e contribuições a pagar no mês de Janeiro do ano seguinte

10. Diferimentos

	<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
Diferimentos (Activo)		
Seguros pagos antecipadamente	<u>937,00</u>	<u>1.124,62</u>
	<u>937,00</u>	<u>1.124,62</u>

11. Fundos Patrimoniais

Resultados Transitados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 31 de Março de 2016, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e foi decidido que o resultado líquido negativo, no valor de 12.863,17 euros, referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica Resultados Transitados.

Outras variações nos fundos patrimoniais

	<u>Saldo Inicial 01-Jan-16</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Diminuições</u>	<u>Saldo Final 31-Dez-2016</u>
Outras variações nos fundos patrimoniais				
Subsídios ao investimento	1 698 535,41	49 933,53	53.491,13	1 694 977,81
Doações				
	<u>1 698 535,41</u>	<u>49 933,53</u>	<u>53.491,13</u>	<u>1 694 977,81</u>

Handwritten signatures and initials:
F. Mendes
S. Mendes
J. Mendes
f
mb

12. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos Bancários	96 026,25	0,00	100.000,00	
Saldos Credores de Depósitos à Ordem				
	<u>96 026,25</u>	<u>0,00</u>	<u>100.000,00</u>	

13. Clientes e Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Clientes conta corrente	<u>28 426,68</u>	<u>22 388,25</u>
	<u>28.426,68</u>	<u>22.388,25</u>
	31-Dez-16	31-Dez-15
Fornecedores conta corrente	<u>35.091,97</u>	<u>32.289,22</u>
	<u>35.091,97</u>	<u>32.289,22</u>

14. Outras contas a pagar e a receber

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos		14 011,55		8 722,71
Credores por Acréscimos de Gastos		150 768,04		145 534,17
Outros Credores		12 052,49		8 231,42
		<u>176.832,08</u>		<u>162.488,30</u>
	31-Dez-16	31-Dez-15		
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Outros ativos correntes		8.493,93		26.262,31
		<u>8.493,93</u>		<u>26.262,31</u>

Na rubrica credores por acréscimos de gastos, estão contemplados os valores de férias, subsídios de férias e respetivos encargos cujo direito foi adquirido em 2016 a pagar durante o ano de 2017, no valor de 150.768,04.

[Handwritten signatures and initials]

15. Vendas e Prestações de serviços

	<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
	Vendas e Prestações de Serviços	Vendas e Prestações de Serviços
Vendas	1.785,45	1.930,36
Lar	68.105,81	67.882,49
Quotizações	3.979,25	9.357,95
Centro de Apoio Ocupacional	63.107,53	52.098,24
Lavandaria	31.643,25	31.863,43
ARS		
Consultas e Tratamentos	18.000,85	8.918,88
Bar	1.614,38	1.116,14
Transporte	2.049,05	
	<u>190.285,57</u>	<u>173.167,49</u>

16. Subsídios, doações e legados à exploração

	<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
ISS - Lar	253.949,13	183.512,22
ISS – Centro de Apoio Ocupacional	353.326,04	313.127,03
ISS - Apoio Ambulatório	198.605,64	198.491,05
ISS – Intervenção Precoce	102.318,52	102.257,43
Ministério da Educação	185.524,78	177.275,36
I.E.F.P e POPH	172.004,48	198.452,35
Outros subsídios (Fundo Socorro Social)	0,00	0,00
Autarquias	30,00	30,00
Outros	0,00	0,00
	<u>1.265.728,59</u>	<u>1.173.145,44</u>

17. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

	<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
Subcontratos (Exploração refeitório)	65.115,24	66.322,04
Serviços especializados (inclui Serviços Médicos)	82.667,91	66.506,00
Materiais	13.413,22	12.148,40
Energia e fluidos	67.885,20	57.713,33
Deslocações, estadas e transportes	5.132,89	2.820,77
Serviços diversos	27.838,17	31.513,40
	<u>262.052,63</u>	<u>237.023,94</u>

[Handwritten signatures and initials]

18. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Remunerações do pessoal	972 468,88	893 060,52
Encargos sobre remunerações	185 570,21	177 985,06
Seguros	8 241,01	7 567,18
Outros gastos com pessoal	2 500,00	2 426,12
	<u>1.168.780,10</u>	<u>1.081.038,88</u>

Inclui POPH

19. Outros rendimentos e ganhos

	31-Dez-16	31-Dez-15
Rendimentos suplementares	2 276,03	2 125,82
Imputação de subsídios para o investimento	53 491,13	50 478,14
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros		500,00
Donativos	36 450,47	53 910,18
Consignação de IRS	10 549,10	0,00
Outros rendimentos e ganhos	189,89	4 863,71
	<u>102.956,62</u>	<u>113.227,94</u>

20. Outros gastos e perdas

	31-Dez-16	31-Dez-15
Impostos	25,65	699,76
Programas IEFP	10 405,06	54 086,65
Outros gastos e perdas	906,88	920,00
	<u>11.337,59</u>	<u>55.706,41</u>



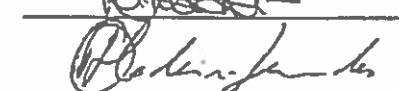
21. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2016 e de 2015, tinham a seguinte composição:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos		0,01
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados e serviços bancários	3 268,94	4 100,77
Resultados financeiros	<u>-3.268,94</u>	<u>-4.100,76</u>

22. Eventos subsequentes

Não existem quaisquer acontecimentos relevantes, subsequentes a 31 de Dezembro de 2016, que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

A Direcção

Luís António Alarido


Luís António Alarido

Contabilista Certificado




Ata da Assembleia Geral

Aos trinta e um dias do mês de Março do ano de dois mil e dezassete, pelas dezoito horas e oito minutos, sob a presidência da Ana Rosa Soeiro, decorreu a Assembleia Geral Ordinária do Centro de Paralisia Cerebral de Beja, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto um: Aprovação do relatório e contas do ano dois mil e dezasseis. -----

Ponto dois: Outros assuntos.-----

Com a presença de trinta sócios, a presidente da mesa deu início à sessão, agradecendo aos presentes a sua participação na assembleia e passou a palavra à presidente da direção, Francisca Guerreiro, para explicar o conteúdo do relatório anual de atividades. -----

A presidente da direção, dando cumprimento ao ponto um da ordem de trabalhos, aprovação do relatório e contas do ano de dois mil e dezasseis, fez uma breve análise do relatório e contas, referindo que este foi cumprido parcialmente uma vez que as solicitações externas são bastantes complexas. Referiu ainda, que não se encontra maneira de pôr a SATA a funcionar sem verbas e que não sabe como arranjar financiamento. Em relação ao ambulatório, dado o crescente pedido de apoio, mesmo que os resultados alcançados cresçam é sempre difícil apoiar todas as solicitações, nomeadamente, por falta de transporte. -----

Houve grande expetativas com o programa Portugal vinte, vinte, mas o mesmo está bastante atrasado.-----

No entanto, a Direção em dois mil e dezasseis autorizou todas as formações do pessoal, tendo inclusive, sido dada dispensa de serviço a todos os colaboradores que quisessem frequentar ações de formação.-----

Foi totalmente conseguido o objetivo de aquisição e reparação de equipamentos, nomeadamente, lavandaria, transportes, cadeiras e mesas para o refeitório, equipamentos interior da piscina, parque infantil, cerca elétrica, espaços verdes, sala da Escola do Ensino Especial e sala da Terapia da Fala. O grande calcanhar de Aquiles e nossa grande preocupação é e continua a ser a cobertura do edifício, mas, não deixaremos de procurar apoios para encontrar não só a solução, mas também, o financiamento para a resolução do problema. -----

Em relação à sustentabilidade da Instituição, mais uma vez está em causa o Programa Portugal Vinte, Vinte, mas que, só agora em dois mil e dezassete, poderá ser concretizado.-----

As verbas enviadas das tutelas foram atempadamente enviadas, embora no que concerne ao projeto de formação profissional tivesse tido alguns atrasos. -----

Na renegociação dos acordos de cooperação com a Segurança Social, conseguiu-se completar o número de vagas que existiam para serem apoiadas, quer a nível do Centro de Apoio Ocupacional (CAO), quer do Lar Residencial.-----

As comparticipações e as verbas da Administração Regional de Saúde foram pagas em cerca de noventa por cento, as atualizações das comparticipações a cem por cento. Houve também renegociação de contratos com fornecedores, nomeadamente com o Banco Montepio e os mesmos foram cumpridos.-----

Desenvolveram-se várias campanhas e eventos de angariação de fundos que decorreram de forma satisfatória, tendo-se participado em ações de sensibilização na cidade, Lidl e Rede Social de Beja. -----



Todas as parcerias já existentes foram mantidas e houve consolidação de outras que foram cumpridas na sua totalidade.-----

Verificou-se o reforço de parcerias com as autarquias da região, existindo uma boa relação com a Câmara Municipal de Beja e com as Uniões de Freguesia de Santiago Maior e São João Baptista e Salvador e Santa Maria da Feira, cujos presidentes estiveram várias vezes no Centro de Paralisia Cerebral.-----

Recebemos visitas da Segurança Social e do Instituto de Emprego e Formação Profissional que informaram estar tudo em conformidade.-----

Uma nova parceria com o Instituto Politécnico de Beja, dá uma grande garantia na medida em que passou a haver um interlocutor com o qual o Centro de Paralisia Cerebral de Beja pode manter um contato mais direto.-----

Este ano o Centro de Paralisia Cerebral de Beja apresenta um resultado positivo a nível financeiro, no entanto, é importante que encontre formas para ter rendimentos próprios. Convém referir que houve aumentos das capacitações mas, por sua vez, houve também aumento de colaboradores, pelo que, os custos com pessoal equivalem a de 76% das despesas totais.-----

Foi ainda dada a informação de que a Direção efetuou uma reunião em Lisboa para tratar de projetos sociais.-----

Existiram alguns problemas com o financiamento da formação profissional que tiveram que ser resolvidos, foram também renegociados contratos com fornecedores nomeadamente com o Montepio Geral.-----

A Presidente da mesa perguntou aos sócios presentes se queriam levantar alguma questão sobre o relatório, como nada foi referido, informou que iríamos passar a apresentar as contas e para este efeito deu a palavra à Presidente da Direção. A Presidente da Direção informou que se encontrava presente o Técnico Oficial de Contas da Instituição para a necessidade de alguns esclarecimentos mais técnicos. A Presidente da Direção referiu ainda que, pela primeira vez a Instituição apresentou um saldo positivo nomeadamente de vinte e quatro mil novecentos cinquenta e três euros e cinquenta e seis cêntimos, que a casa está de boa saúde financeira, mas, precisamos de ter receita nossa e não estar tão dependentes dos subsídios, precisamos de dinheiro nosso. Referiu ainda que este resultado é fruto da equipa do Centro de Paralisia Cerebral.-----

Posto isto, a presidente da mesa solicitou aos sócios presentes que colocassem algumas questões e/ou esclarecimentos, relativamente aos documentos apresentados. Como não foram levantadas quaisquer questões, a presidente da mesa felicitou a Direção pelo resultado positivo e disse que é extremamente gratificante ver a dinâmica da Direção.-----

Seguidamente, a presidente da mesa leu o relatório do Conselho Fiscal e colocou à votação o relatório e contas, que foram aprovados por unanimidade.-----

Dando cumprimento ao ponto dois da ordem de trabalhos, a presidente da mesa deu a palavra à presidente da direção para que prestasse alguns esclarecimentos.-----

A presidente da direção falou sobre a piscina, dizendo que as máquinas para a mesma nunca mais tem fim, agora são necessárias mais quatro bombas, e o maior problema é uma máquina

assente na cobertura que tem uma placa queimada e não se sabe, se terá reparação ou não, aguarda – se a vinda de um engenheiro da própria marca da máquina para verificar a situação.- Referiu ainda que, o Parque Infantil está pronto, mas que, só no dia anterior, foi recebido o relatório da vistoria e neste momento aguarda – se que o Lidl tenha disponibilidade para fazer a inauguração.-----

De seguida o Técnico Oficial de Contas informou que vai deixar de trabalhar para a Instituição Após catorze ou quinze anos de dedicação à Instituição, mas que estará sempre disponível para qualquer assunto.-----

A sessão foi encerrada pelas dezanove horas, pela presidente da mesa, após os agradecimentos aos sócios presentes, tendo sido lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pela presidente da mesa da Assembleia Geral, Ana Rosa Soeiro, vice-presidente Lurdes Freitas e pelo secretário António Garcias Lopes.-----

Ana Rosa Soeiro Fernandes de Silva
Lurdes do Sacramento Figueira de Freitas
António Garcias Lopes